# A FEB (re)vista nos filmes documentários: algumas considerações iniciais

Cássio dos Santos Tomaim*

Resumo
Este artigo busca apresentar algumas reflexões a respeito de *como* afetos e ressentimentos de outros tempos, neste caso reflexos das marcas profundas deixadas na sociedade brasileira do pós-guerra, são instrumentalizados para significar no tempo presente da obra fílmica imagens que contemplem o imaginário social sobre a FEB e os ex-combatentes.
**Palavras-chave:** FEB, filme documentário, (res)sentimentos.

Resumen
Ese artículo busca presentar algunas reflexiones a respecto de cómo afetos y resentimientos de otros tiempos, en ese caso reflejos de las señales profundas dejadas en la sociedad brasileña del posguerra, son instrumentalizados para significar en el tiempo presente de la obra fílmica, imágenes que contemplen el imaginario social sobre la FEB y los ex-combatientes.
**Palabras clave:** FEB, film documentario, (re) sentimientos.

Abstract
This article search to present some reflections regarding as affections and resentments of other times, in this case reflexes of the deep marks left in the Brazilian society of the postwar period, they are used to mean in the film images that contemplate the imaginary social on FEB and the former-combatants.
**Keywords:** FEB, film documentary, (res)sentments.

---

Jornalista, graduado na Universidade de Franca em 2000, desenvolve um projeto de doutoramento em História pela Unesp/Franca, intitulado "Depois que a Cobra Fumou": afetos e ressentimentos na construção fílmica da FEB e dos Ex-Combatentes. Nesta mesma instituição defendeu o mestrado em abril de 2004, "Janela da Alma: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário, que será publicado em novembro de 2006, uma co-edição da Editora Annablume e FAPESP.

O cinema como técnica e arte pressupõe, antes de mais nada, um modo de saber-fazer humano capaz de materializar o sensível em imagens em movimento e sons sincronizados. Matéria – a película – que montada e projetada manifesta na grande tela os encontros e desencontros afetivos dos homens com o mundo vivido. (Des)encontros que, no caso de um conflito de enormes proporções como a Segunda Guerra Mundial, insistem com o tempo em manter abertas as feridas, uma hora ou outra os produtos destes encontros infortúnios se demonstram mais presentes do que imaginávamos. É no cinema e nos meios de comunicação social de modo geral que os rancores, traumas, humilhações, ódios, vinganças, sentimentos e ressentimentos adormecidos de uma época, encontram a via de acesso ao nosso mundo vivido. E é deste acesso que trata este artigo.

Sessenta anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial ainda permanece no ar um cheiro amargo da derrota em que a própria humanidade se impôs diante da brutalidade expressa pela fantasmagoria do totalitarismo presente em nossa cultura. Os ecos desta derrota (os gritos de horror das vítimas dos campos de extermínio humano) ecoaram nas paredes do último século e ainda persistirão por um longo tempo, marcas de que o homem não saberá e não deverá viver sem elas. De uma fresta, aberta no pós-guerra com a vitória sobre o nazi-fascismo, surgiu uma névoa de sentimentos e ressentimentos que se fez presente na sociedade contemporânea por toda a metade do século XX, por mais incômoda que fosse. Deste incômodo que acena no presente com as lembranças dos horrores, o revisionismo histórico tratou logo de sujeitá-lo ao esquecimento e à denegação. No entanto, ao invés de ausência na memória, devemos manter erguidas as ruínas desta barbárie, até mesmo como um choque, um alerta para que a humanidade não repita em doses maiores esta cultura da barbárie, pelo contrário, que façamos "uso" destas ruínas como forma de um compromisso ético e político para com aqueles que morreram ensinando ao mundo que a guerra é uma experiência que deixa corpos e almas mutilados.

No caso brasileiro, se faz perturbador o fato de sabermos que os nossos homens do campo, operários urbanos e jovens estudantes foram condenados em 1944 a transporem a sua própria dignidade humana,

uma vez que, como sobreviventes de guerra, a morte beira a banalidade em seus testemunhos. A experiência de guerra relatada pelo soldado Ferdinando Palermo, alfaiate convocado para servir numa companhia de fuzileiros da FEB, é um dos exemplos:

> Todo o sentimento que eu tinha foi perdido na guerra, que destrói tudo. Ela destrói todo o seu sentimento humano, e você passa a ser um bicho. No início, a desgraça que nos cercava impressionava muito, mas com o passar do tempo, comecei a achar tudo aquilo comum. [...] Fiquei completamente desumano, perdi todo o amor que sentia pelo semelhante"(apud MAXIMIANO, 2005, p. 29).

A brutalização do ser em combate surge como uma norma, pois no *front*, matar o inimigo é uma função que deve ser exercida pelos soldados de ambos os lados. No entanto, e o pior, para aqueles que conviveram de perto com a barbárie ainda têm que enfrentar o esquecimento. Ao completar 60 anos da conquista do Monte Castelo pelos expedicionários brasileiros, infelizmente não temos muito o que comemorar. Na mídia impressa e televisiva o tom é de saudosismo e de melancolia de uma memória reservada aos museus de associações dos veteranos, aos poucos pesquisadores e interessados pela história militar e da guerra, e aos compatriotas que bravamente resistiram ao frio cortante do norte da Itália e ao terreno montanhoso que resguardava a artilharia pesada do experiente e temível exército alemão. O esquecimento da sociedade civil e do Estado acabou submetendo os ex-combatentes brasileiros a uma banalidade tanto quanto a guerra em que foram participantes, o desprezo acompanhado das atrocidades que presenciaram fez dos veteranos da FEB, após o seu retorno, vítimas de seus próprios dilemas de consciência, levando-os, não raramente, ao alcoolismo e ao suicídio.

Ainda hoje, a lutas destes combatentes é por um reconhecimento social que transita por uma construção de identidade do nacional ou dos significados da participação destes brasileiros no *front* em Nápoles no nosso imaginário social que, por sua vez, encontrou tanto na história quanto no cinema espaços para instrumentalizações fecundas, como veremos mais adiante. Neste artigo não pretendo vitimizar ou heroicizar os febianos, mas levantar alguns elementos para um início de compreensão das imagens da FEB e de seus expedicionários que foram

edificadas ao longo de décadas ora por um discurso triunfalista e apoteótico, ora por um discurso reducionista e cômico da colaboração do Brasil no conflito mundial. A questão é que ambas as construções discursivas, que ptevalecem até os dias de hoje, não deram conta da dimensão do sensível de homens e mulheres, "soldados cidadãos" que prestaram "tributo de sangue" à sua Nação.

Vejo, então, no estudo dos filmes documentários a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial a possibilidade de compreendermos o *como* o sensível está significado na tentativa de legitimar memórias e identidades que, apesar de aparentemente antagônicas, têm como intuito construir uma idéia-imagem de Nação, logo, reportar a uma ou outra imagem de nacionalidade. Tarefa que aqui proponho ao introduzir algumas reflexões que possam ser úteis no esclarecimento de *como* afetos e ressentimentos de outros tempos, dos anos de 1940 e 1960, são instrumentalizados para significar no tempo presente da obra fílmica — anos de 1990 e início do século XXI — imagens que contemplem o imaginátio social sobre a FEB e os ex-combatentes.

## A Força Expedicionária Brasileira

A respeito do envolvimento do Brasil nesse conflito mundial temos que as motivações político-militares remontam ao próprio cerne do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Getúlio Vargas, à industrialização modernizante por meio da siderurgia, e a uma maior projeção internacional do país no cenário pós-guerra, ou seja, a busca por uma hegemonia política-militar na América Latina[1]. O governo americano já havia percebido a localização estratégica do Brasil para a guerra, além da forte inclinação de Getúlio Vargas e das nossas Forças Armadas ao fascismo. Então, a aliança EUA-Brasil vai se concretizando aos poucos, gradualmente os americanos vão se aproximando dos brasileiros por meio da Política da Boa Vizinhança. Somente em 22 de agosto de 1942 é que o Brasil decreta guerra à Alemanha e à Itália, o próximo passo era definir quais as conseqüências deste ato. Até então, o país já tinha concedido aos aliados bases aéreas e navais, além de fornecimento de matérias-primas estratégicas. Mas, segundo Moura (1991, p. 14-15), Getúlio Vargas e os ideólogos do seu regime ainda

desejavam que o país participasse mais diretamente da guerra, com o objetivo de que pudessem ampliar seu acesso às decisões sobre o pós-guerra, fortalecendo sua posição política-militar no continente, além de modernizar as suas Forças Armadas. Para tal empenho, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1943.

Em 9 de agosto de 1943, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o general João Batista Mascarenhas de Moraes foi convidado a organizar, instruir e comandar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª D.I.E.), primeira das três divisões que iriam compor o Corpo Expedicionário. Mas o final do conflito em maio de 1945 impediu que a 2ª e a 3ª Divisões, que já estavam sendo treinadas, fossem enviadas para a Itália.

A organização da FEB no Brasil foi um dos aspectos que contribuíram para denegrir a imagem do expedicionário. Foram vários os obstáculos para a preparação do soldado brasileiro que iria combater na Europa, começando pelo desafio de amenizar o choque de todo um Exército, até aquele momento moldado pelas doutrinas e padrões da escola francesa, a ter que aprender a combater à moda americana. A partir deste modelo novos órgãos, para os quais o país não contava com pessoal e material bélico adequados, teriam que ser criados; as exigências para a seleção do pessoal estavam muito acima da realidade brasileira e os futuros expedicionários não possuíam treinamento e uniforme apropriados para enfrentar as baixas temperaturas com que iriam se deparar no campo de batalha.

Além desta marcante ausência de organização da FEB, era predominante a desconfiança dos oficiais superiores no soldado brasileiro e vice-versa, descrita pelo primeiro-tenente febiano Demócrito Cavalcanti Arruda da seguinte maneira:

> Sob o aspecto humano, foi de penosa mediocridade a impressão que nos deixou o nosso Comando na FEB. Faltou-lhe qualquer sopro de grandeza, principalmente de grandeza humana. [...] A conseqüência é que em lugar da cordialidade, existe nas fileiras uma surda hostilidade; a má vontade, em vez de uma solicita cooperação [...]" (ARRUDA, [19?], p. 64).

Todos estes aspectos, entre outros, colaboraram para aumentar ainda mais a desconfiança de que realmente o Brasil enviaria tropas para

o teatro de operações em Nápoles. O descrédito na FEB era tanto que chegaram a espalhar uma história de que Hitler teria dito que o Brasil só conseguiria enviar seus homens para a guerra no dia em que uma cobra fumasse. Segundo o marechal Floriano de Lima Brayner, até mesmo entre os oficiais febianos havia quem duvidasse da partida. Era perceptível a relação hostil entre o chefe do Estado-Maior do Exército, o general Góes Monteiro, e o comandante da divisão, o general Mascarenhas. Até mesmo entre Mascarenhas e Zenóbio da Costa, principais chefes da FEB, o entendimento não era o ideal, embora prevalecesse entre eles um trato cordial. Desta forma, se no próprio seio do Quartel-General Divisionário a desconfiança era proeminente, o que se poderia esperar da população brasileira? Revisitando o passado, o marechal Brayner resume:

> Em síntese, o povo brasileiro acreditava muito mais no Carnaval e no Campeonato de futebol do que numa Força Expedicionária para lutar ombro a ombro com os aliados e face a face com os alemães. (...) O povo brasileiro só compreendeu a extensão do passo que os seus governantes haviam dado quando as primeiras manchetes dos jornais anunciavam os nossos engajamentos no front da Itália. E não foram os sucessos que maior convicção formaram na alma popular. Foram, ao contrário, os insucessos, quando já existiam perdas a lamentar, que levaram angústias e incertezas a todo lar de onde um jovem abnegado partira, para a grande aventura em que nos envolvemos, a fim de ombrear com outros poderosos aliados, que nunca souberam agradecer o nosso sacrifício (BRAYNER, 1968, p. 49-50).

Foi nesse clima que os expedicionários brasileiros se prepararam para embarcar, sendo que a grande maioria não sabia direito os motivos pelos quais iria lutar. Assim, desembarcaram em Nápoles, em 16 de julho de 1944, cerca de 5 mil soldados sob o comando do general Zenóbio da Costa, que iriam se incorporar ao V Exército americano, chefiado pelo general Mark Clark.

## A FEB e os cinejornais do DIP

Durante os preparativos da entrada do Brasil na guerra, a formação da FEB foi o novo alvo das objetivas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Em um primeiro momento, o

Governo Vargas manteve o interesse em controlar tudo que se publicava no país sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, proibindo até os jornais de enviarem correspondentes ao cenário da guerra, mas, logo cedeu às pressões. Assim, acompanhando os repórteres encarregados do texto, o DIP enviou cinegrafistas e fotógrafos, entre eles Fernando Stamato e Horácio de Gusmão Coelho Sobrinho. A equipe de imagem era composta, ainda, pelo americano Alan Fisher, da Coordenação de Assuntos Americanos – todas as fotografias da FEB publicadas na imprensa brasileira durante o desenrolar do conflito mundial que possuem o carimbo com as iniciais *SHI* pertencem às objetivas do Serviço de Informação do Hemisfério, departamento que integrava a agência de divulgação dos EUA. No entanto, segundo Bonalume Neto (1995), não há fotografias que mostrem os soldados brasileiros em ação, seja por que os fotógrafos brasileiros não eram autorizados pelo comando militar a acompanharem as tropas em patrulha ou porque os mesmos não tinham coragem de se arriscarem na linha de frente da batalha.

> Há muitas fotos que mostram soldados da FEB em poses de combate. São geralmente isso: poses, fotos montadas feitas na retaguarda para mostrar à população no país como lutavam seus soldados. [...] Em algumas das piores dessas fotos é fácil perceber a armação. Um soldado aponta a metralhadora por sobre um monte de neve; atrás dele outros soldados conversam (BONALUME NETO, 1995, p. 26).

O mesmo se repetiu com as imagens cinematográficas do DIP. As poucas referências aos soldados brasileiros são de quando eles ainda se encontravam em terras brasileiras; em algumas cenas eles aparecem em movimentos de treinamentos, jogam-se no chão, atiram, rastejam, pilotam tanques, jipes e aviões, tudo na tentativa de demonstrarem que o Brasil já se encontrava apto para integrar as forças aliadas. Quando o soldado brasileiro parte para o palco de guerra na Europa vê-se a necessidade de apresentar, em imagens, o surgimento de novos atores, como demonstra Souza:

> Antes da ida para a Europa, as manobras envolvendo soldados, marinheiros, oficiais das diversas regiões, caderes de Realengo ou das esquadras naval e fluvial, evoluiram do plano estático da exibição de força [...], para demonstrações mais

> complexas do preparo para o ataque [...] ou da defesa nacional (Fábrica de Projéteis do Andarai, [...], patrulhamento aéreo do Atlântico, [...] etc.). Mas, quando o CJB [*Cine Jornal Brasileiro*] chega aos preparativos para o ataque, passando da guerra de posições para o uso extensivo dos blindados e aviação, é hora de esquecermos as imagens anteriores e prestarmos atenção à nova unidade de guerra que surge: a Força Expedicionária Brasileira – FEB (SOUZA, 1990, p. 360; 365-368).

Para o autor, o que os cinejornais pretendiam destacar era o aparecimento da imagem do "guerreiro", daquele que estava preparado para combater os inimigos externos. Nas telas as demonstrações de cultura física dos recrutas tratavam de assegurar a capacidade das Forças Armadas do Brasil em equipar e forjar os seus soldados. Desta forma, os cinejornais ao exibirem imagens dos soldados em plenas atividades de cultura física, enaltecendo seus corpos saudáveis, anunciavam o desejo do Estado, segundo Lenharo (1986, p. 80), de atribuir às suas instituições militares a missão de criar o homem brasileiro, dirigi-lo e governá-lo integralmente. As imagens sugeriam um único caminho: a docilização coletiva dos corpos e a identificação da sociedade brasileira com a organização militar. Logo, enquanto a metáfora do corpo era utilizada pelos propagandistas do Estado Novo como forma de justificar a subjugação das partes em relação ao todo, a idéia de organização se manifestava como totalidade negadora das autonomias das partes, ou seja, procurava-se plantar no terreno do imaginário social o impulso pelo sacrifício. Sacrifício pela Pátria que, por sua vez, sugeria um sentimento sublime. Aqui, o Estado valia-se da fantasmagoria do "Todo Orgânico". Inspirada nas imagens dos soldados, a sociedade brasileira compunha um único corpo saudável, que a qualquer sinal de moléstia deveria eliminá-la, pois, desta forma, a estrutura orgânica social seria preservada. Por isso, a ênfase do regime ao tema do corporativismo, em que os sindicatos e as associações aparecem como redutos inibidores da condição de classe do trabalhador.

Então, o que se viu depois da criação da FEB foi a difusão da imagem do soldado brasileiro como modelo a ser imitado como padrão de comportamento para o trabalhador e para o cidadão comum. Em 1942, o sacrifício de horas, a mais, exaustivas, de serviço dos trabalhadores nas fábricas, que interessavam à produção e à defesa

nacional, conforme critérios do próprio governo, era uma medida que vinha auxiliar ao "esforço de guerra" do Brasil. Assim, as imagens do trabalhador e do soldado se completavam uma na outra, enquanto a primeira "doava-se" na linha de produção, a segunda não media esforços no combate às tropas do Eixo.

Nos cinejornais esta mesma associação Trabalhador/Soldado se repetiu, até mesmo como substituta das inexistentes imagens dos pracinhas em combate. Ao invés de mobilizar por meio de um "terror tolerável", como preferiram os alemães em seus filmes de guerra, o Estado brasileiro procurou uma mobilização no cinema que contasse com um outro cenário e um outro som: ao invés de cenas eloqüentes dos campos de batalhas e dos ruídos da artilharia, explorava as imagens das fábricas com suas máquinas, ditando o ritmo da produção aos operários nelas submergidos. A intenção do Estado Novo era de criar um clima interno de guerra favorável à decisão do governo de enviar os soldados brasileiros à Itália para lutar contra as "forças inimigas".

Aqui se destaca, entre outras imagens mobilizantes no cinema do DIP, a criação do inimigo externo, os alemães em especial. Os indicativos imagéticos deste apelo ao mito político do "Inimigo" nos cinejornais vinham oferecer ao povo brasileiro um objeto para odiar, logo, era com base neste sentimento de ódio pelo outro que se procurava motivar a consolidação de um *front* interno no Brasil. E sabemos que os brasileiros tinham muitos motivos para odiar. Tudo já indicava a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os EUA já tinham fixado bases militares no Nordeste e reaparelhado as Forças Armadas brasileiras, mas ainda restava um último golpe dos alemães que causaria comoção nacional. No mês seguinte, um único submarino nazista, o U-507, afundou em poucos dias cinco navios e um pequeno veleiro, contabilizando cerca de 600 mortos.

A propaganda estadonovista, ao fazer uso de imagens sublimes, procurou explorar nos cinejornais sentimentos latentes nos indivíduos, como o ódio e a compaixão, canalizando-os para a figura de um inimigo comum. Ou seja, bastava ao dispositivo cinematográfico atualizá-los. Desta forma, como procurei demonstrar em minha dissertação (TOMAIM, 2004), havia uma disposição do Estado Novo em criar por meio dos cinejornais (e tantos outros instrumentos de propaganda

também) a imagem de seu inimigo externo, uma vez que já teria investido alto anteriormente na idéia-imagem do anticomunismo como forma de liquidar a ameaça interna. Logo, as imagens em movimento objetivavam reafirmar a idéia de que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial era mais um resultado da sensibilidade do presidente Getúlio Vargas aos anseios populares do que um alinhamento com os EUA, motivado pelo financiamento do projeto econômico estadonovista e pela modernização das Forças Armadas; por outro lado, o envio dos pracinhas era a confirmação de que as Forças Armadas cumpriam a sua tarefa de forjar o homem brasileiro, o "guerreiro" viril, aquele que conhecendo as modernas técnicas de guerra lutaria na Europa com o "mais profundo patriótico espírito de sacrifício". Aqui, as instituições civil e militar representavam um Estado que, não apenas intervinha nas questões nacionais, mas que também participava ativamente como uma das Nações responsáveis por eliminar qualquer vestígio das "forças cegas e brutais da barbárie".

Em 1942, o tema da reação popular aos afundamentos dos navios nacionais circularia nas salas de cinema no *Cine Jornal Brasileiro* no assunto *Vítimas da Crueldade dos Totalitários! Primeiros flagrantes dos sobreviventes do "Itagiba" e do "Arara" na cidade de Salvador* (CJB, 1942). Assim como em outros volumes do *Cine Jornal Brasileiro*, encontramos neste uma excelente demonstração de como o Estado Novo recorria à criação do mito político do "Inimigo". Nas telas era oferecida uma única imagem para odiar: os alemães; para isto, os cinejornais do DIP operavam com os próprios signos de violência e atrocidade cometidos pelos nazifascistas nas costas brasileiras:

> A desumana pirataria, desencadeada pelas Potências do Eixo no Atlântico, atinge as águas brasileiras. Eis aqui na cidade do Salvador, soldados sobreviventes de um dos cinco navios nacionais torpedeados por submarinos totalitários diante da costa sergipana, em condições que fugiram inteiramente a qualquer norma de ação entre os povos civilizados. Também nesta embarcação ancorada no porto da capital baiana vamos encontrar muitos náufragos dos vapores Itagiba e Arara (CJB, 1942).

Em seguida, as grafias nas películas dos primeiros flagrantes dos sobreviventes feridos no naufrágio agregavam ao filme um potencial

diegético difícil de ser negado, a objetiva do DIP se esforçava para captar em cada olhar, em cada rosto o sentimento sublime da tragédia de que foram vítimas os brasileiros. É que estas imagens satisfaziam o aparente deleite (prazer) dos espectadores pelos infortúnios de seus semelhantes, haja visto que "não há espetáculo que busquemos com tanta avidez quanto o de alguma desgraça incomum e atroz". Segundo Burke (1993, p. 54-55), este sentimento ganha mais força quando as dores são representadas pela arte, assim como feito pelos cinejornais, pois o prazer resulta do próprio princípio de imitação do real, uma vez que "deliciamo-nos ao ver coisas que nunca faríamos e que, pelo contrário, desejaríamos veementemente impedir". Assim, a câmera percorria os vários leitos onde repousavam os sobreviventes hospitalizados, mas durante a incursão fixava o plano, fechando o quadro no rosto de um dos oficiais feridos gravemente. Era o comandante do *Itagiba*, José Ricardo Nunes, que ali deitado dirigia um olhar terno à câmera, como se fitasse o espectador, que preso a sua poltrona não tinha para onde ir, não escaparia à sujeição de sentir-se compartilhar com a Nação de uma mesma sensação de revolta. O mesmo artifício era repetido com o taifeiro do *Itagiba* que "viu-se vítima do segundo torpedeamento, quando já a salvo no *Arara*"; no filme ele aparece deitado com o braço imobilizado enquanto a objetiva registrava um olhar um tanto distante, perdido. Mas ainda havia um elemento que acrescentaria a estas imagens um sentido melancólico, reforçando os olhares que exigiam que fossem retribuídos: enquanto a voz *off* apresentava os sobreviventes, uma música de fundo tratava de criar o ambiente propício para a comoção nacional e a cada passagem de um ferido a outro a melodia invadia a sala de exibição, tomava conta da seqüência como se imperasse o temor no país. No entanto, o povo contava com Getúlio Vargas para expulsar este sentimento.

O que o Estado Novo pretendia com estas imagens mobilizantes era convencer a sociedade brasileira de que o Brasil vinha sendo forçado a reconhecer um estado de guerra que não provocara, tendo que romper com sua condição de país "neutro" aos assuntos referentes ao conflito desencadeado na Europa. Porém, os sinais de um alinhamento com os EUA já vinham sendo demonstrados desde 1940, quando o Governo Vargas concedeu permissão aos americanos para a construção de bases

militares no Nordeste. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o cinejornal reconhecia a revolta popular, também recorria ao episódio dos afundamentos dos navios brasileiros como uma ameaça à soberania nacional, que, por sua vez, cobrava do Estado uma reação, como destacado na locução:

> A estupidez que caracterizou este atentado, provocando a mais justa e veemente revolta, não feriu apenas o Brasil, mas a consciência da América inteira e de todas as Nações em geral que combatem as forças cegas e brutais da barbárie. Esta mesma revolta resultou, como tinha que ser, na reação altiva da Nação, reconhecendo o estado de guerra que não provocara, mas que será enfrentado com honra, com dignidade viril e com o mais profundo patriótico espírito de sacrifício [sobe música melódica] (CJB, 1942).

Mas o ápice do filme ainda estava por vir. Duas seqüências ainda se encarregariam de arrebatar a compaixão do povo brasileiro com os sobreviventes aos atentados, procurando suscitar um sentimento que já se encontrava presente na sociedade. Diante da tela, por um instante, os espectadores se sentem desarmados, entre os sobreviventes registrados (*in loco*) pela objetiva do DIP surge uma pequena e dócil criança descrita no cinejornal da seguinte maneira:

> Valderez Cavalcanti, uma encantadora garotinha de quatro anos, viveu, entretanto, um dos mais impressionantes episódios do afundamento do Itagiba. Atirada ao mar com a explosão do torpedo conseguiu agarrar-se a uma caixa vazia, ficando assim ao sabor das ondas até ser salva (CJB, 1942).

A encantadora Valderez aparecia no quadro, depois de um corte seco, com um dos braços imobilizados, o que fortalecia ainda mais o apelo emocional daquela cena. Quando a câmera aproximou-se dela, ali quieta e sentada no canto, parecia que a incomodava: em um primeiro momento transparecia o seu rosto um ar de seriedade, logo substituído por um sorriso. Sorriso que poderia ser interpretado como um elemento diegético de "catarse" da comoção nacional, da revolta do povo contra os atos cometidos contra a integridade física e moral da Nação. Portanto, a propaganda do Estado Novo apropriava-se da delicadeza e da aparência angelical desta garotinha para tornar a imagem do nazista ainda mais propícia para ser oferecida aos espectadores como um objeto a ser odiado,

uma vez que se tratava de artifícios que por compreenderem uma idéia de belo poderiam despertar um sentimento de afeto.

Valderez era filha de um dos tripulantes do Itagiba, Otávio Barros Cavalcanti, que também se feriu e estava hospitalizado. Antes de ser apresentada ao lado do pai, em uma última cena, a menina é recepcionada e homenageada com flores pelos alunos da Escola Conselheiro Dantas, de Salvador. Na cena, as outras crianças a rodeavam e abraçavam em uma demonstração de solidariedade, gesto que no cinema era ampliado, pois os espectadores reconheceriam a atitude como nobre. No decorrer da imagem transcorria a voz *off* se encarregava de afirmar que "justa e tocante é, pois, a homenagem que aqui prestam as crianças baianas", para depois subir uma música alegre, objetivando sugerir, por alguns segundos, um clima de comemoração. Mas logo a montagem da fita retomava o tom original, para encerrar com uma melodia melancólica que acompanhava a imagem da indefesa criança que aparecia ao lado do leito onde o pai se recuperava dos ferimentos. Nas telas a propaganda estadonovista conseguia reatar a unidade familiar, uma vez afetada pela tragédia que acometia a Nação pai e filha novamente se reencontravam. Esta última seqüência vinha reafirmar o poder simbólico da idéia-imagem da "Família", um micro-Estado responsável por preservar a Moral, um dos pilares da formação do Estado Novo.

## A FEB e seus inimigos

Como se vê, o nascimento da FEB veio acompanhado de uma construção sígnica[2] fundamental para a propaganda política do Estado Novo: o mito do inimigo. Via-se nos expedicionários o "exército de reserva de mobilização" do regime que buscava legitimidade política na instrumentalização dos sentimentos de comoção e ódio do povo brasileiro, provenientes dos ataques dos submarinos alemães. Projetava-se, então, na FEB a resposta do Brasil à ameaça totalitária que assolava o mundo. Para o regime de Vargas a canalização destes sensíveis na imagem dos alemães, transformando-os em inimigos da Pátria, era ferramenta indispensável para a confluência do povo brasileiro em um sentido comum, neste caso o esforço na produção visando o desenvolvimento industrial e econômico do país. Trabalhadores e

soldados lutavam, cada um em seu *front*, em nome de uma unidade, de uma harmonia que se via ameaçada.

Assim, se nos cinejornais do DIP a mitificação do inimigo, síntese da política moderna, encontrava respaldo na imagem da FEB para a construção de uma identidade nacional na época, é importante notarmos que isto se prolonga nestes 60 anos, tendo nos filmes documentários sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial mecanismos discursivos, portanto ideológicos, que buscam significar a FEB e os ex-combatentes brasileiros em torno de sentimentos de afetos e de ressentimentos canalizados em novos inimigos: o Estado e a sociedade civil.

Compreendendo o cinema como a materialização do sensível, o que se pode perceber mediante a filmografia brasileira sobre o tema, destacando algumas produções principalmente dos anos de 1990 e início do século XXI como *Rádio Auriverde* (Sylvio Back, 1990), *Senta a Pua!* (Erick de Castro, 2000), *O Brasil na Segunda Guerra Mundial* (Guga de Oliveira, 2003, co-produção STV e Vagalume Filmes) e *A Cobra Fumou* (Vinicius Reis, 2002) é que certos sentimentos incorporados como matéria-prima na construção sígnica da FEB, ao serem projetados na grande tela, ainda reforçam imagens incapazes de tratar da memória dos expedicionários e deste período da história do Brasil.

Deparamos, então, com uma divergência na forma discursiva e ideológica de significar a FEB e a participação dos brasileiros no conflito mundial, em que ora temos um cinema comprometido com a valorização da memória dos ex-combatentes, ora um cinema predisposto a polemizar, criticar e, até mesmo, satirizar as reservas simbólicas desta primeira memória. No entanto, apesar de apresentarem *locus* discursivos antagônicos, acredito ser possível traçarmos linhas paralelas, mesmo que tênues, em que a imagem dos pracinhas, atrelada à das Forças Armadas e carregada de simbolismos pátrios, apropriada (a imagem) por um ou outro esquema discursivo, é construída como um reduto de significações para a legitimação de um sentido do nacional. Trata-se de incorporar na imagem dos expedicionários significados que procuram transformá-los, por um lado, em heróis e, por outro, em anti-heróis. Assim, heróis de um Brasil que nos anos 40, aliado aos EUA, venceu a "ameaça totalitária" que assolava o cenário mundial naquela época,

imagem também construída pela propaganda política do Governo Vargas; ao mesmo tempo vitoriosos e derrotados no retorno ao solo pátrio, os ex-combatentes depõem nos filmes documentários contra o Estado e a sociedade civil pelo qual lutaram em Nápoles; suas glórias esquecidas são transformadas em ressentimentos. E anti-heróis de um país que, comprometido com o capital estrangeiro para modernizar-se, envia para o *front* de batalha na distante Europa suas tropas de jovens e despreparados soldados para um combate de proporções desumanas, enquanto internamente a população não demonstrava nenhuma motivação e mobilização para a guerra; pinta-se um pracinha "condenado" pela sua própria pátria a experimentar as crueldades de uma guerra que não lhe dizia respeito, a morrer em solo estrangeiro, enquanto outros desfrutavam no Brasil das praias, das mulheres, do futebol e do carnaval.

Enquanto uns filmes procuram fazer a recuperação da memória dos ex-combatentes forjando como inimigos o Estado e a sociedade civil ausentes e despreparados para tratarem com dignidade da história de seus patriotas que tombaram na Itália como heróis e daqueles que não sobreviveram ao tempo, derrotados pelo esquecimento, outras películas "fabricam" como eterno inimigo do Brasil o imperialismo norte-americano, em que racionaliza um domínio social e cultural na América Latina, tendo nas ditaduras militares dos anos 1960 e 1970 as suas principais marcas.

No entanto, não se deve esquecer que estes filmes documentários, apesar de tratarem de um mesmo período da história brasileira, são recortes que pretendem retratar uma imagem da FEB e dos pracinhas a partir de uma busca em responder algumas inquietações próprias emergidas em outros momentos. Um se realiza ainda sob nuvens escuras de um tempo que insiste em deixar lembranças de perseguições, torturas, censuras, exílios, sangue e morte, enquanto outros presenciam novos ares, mais límpidos, em tempos que parecem sugerir um espírito de felicidade, mas acompanhado de alguns traumas e amarguras, em que não se deve contestar, mas apenas aclamar o direito de todos por uma "consciência feliz". Em ambos, ressentimentos são atualizados, ora motivados por um anti-imperialismo, ora pelo descaso de décadas do Estado em tratar da reintegração social dos ex-combatentes brasileiros

da Segunda Guerra Mundial e da sociedade civil em não reconhecer o tributo de sangue destes cidadãos-soldados.

O mito do inimigo aparece aqui como uma significação historicamente determinada, como demonstrado por Barthes. O mito nada mais é que um elemento de catarse dos sentimentos humanos que, por sua vez, materializado na película tem seu caráter mobilizador ampliado. Compreendido isto, vê-se a necessidade de buscarmos outros elementos capazes de explicar a gênese destes sentimentos e ressentimentos que, no entanto, encontram-se entranhados na formação imagética da FEB e de seus expedicionários.

Foi em solo inimigo que se consolidou um dos mais emblemáticos mitos da ação da FEB na Itália: a conquista de Monte Castelo. Mesmo que este não tenha sido o mais sangrento episódio da participação dos brasileiros no conflito – a tomada da cidade de Montese resultou proporções maiores dos aproximadamente 500 expedicionários mortos, além de culminar com o cerco e o aprisionamento de toda a 148ª Divisão de Infantaria Alemã, contabilizando cerca de 15 mil prisioneiros –, foi o mais simbólico devido as tentativas frustradas de conquistar a elevação. Monte Castelo era uma questão de honra para os oficiais e soldados brasileiros.

A tomada de Monte Castelo colocou em teste a bravura e a habilidade do pracinha brasileiro, mas já em solo pátrio este feito ganha tons grandiloqüentes e apoteóticos nas narrativas oficiais, o que gerou um caráter negativo para a memória da FEB no decorrer das décadas. Por outro lado, em uma tendência mais atualizada, a participação do Brasil foi reduzida a uma missão tática secundária, que consistia em apoiar o ataque principal ao Belvedere, a cargo da 10ª Divisão de Montanha americana (Waack, 1985). Logo, ambas as versões traduzem o desempenho dos brasileiros a um universo puramente militar e estratégico, enquanto o campo do humano fica restrito às reminiscências dos ex-combatentes.

A própria dissolução da FEB em maio de 1945, ainda em território italiano, e, posteriormente, a sua desmobilização já no Brasil contribuiria futuramente para os (des)encontros afetivos dos ex-combatentes com o seu Estado e com o povo que lhes acolheu no retorno à pátria. Na verdade, o que se objetivou era quebrar ou amenizar

o impacto da chegada da FEB, evitar as declarações que pudessem comprometer a instituição militar ou envolvê-la nas questões políticas que fermentavam naquele momento.

Após a derrocada do autoritarismo de Getúlio Vargas, entre 1946 e 1964, o Brasil viveu um dos seus períodos mais democráticos, até que em nome da "Segurança Nacional" e do desenvolvimento econômico do país ocorreu a tomada de poder pelos militares e sua permanência por longos 20 anos. São os eventos decorrentes do pós-guerra que irão conduzir os sentimentos de participação e de pertencimento dos expedicionários na sociedade civil brasileira.

Neste cenário, os expedicionários, agora transformados em ex-combatentes, passaram a enfrentar uma outra batalha, no campo da memória lutariam contra o esquecimento. Nem os febianos e nem a sociedade civil brasileira estavam preparados para uma verdadeira reintegração social dos combatentes brasileiros. Esta situação acabou por refletir um certo ressentimento no ex-combatente em ser "infelizmente um febiano", como podemos perceber no seguinte relato: "entre o povo em geral e, às vezes, mesmo entre os nossos familiares, lavrou-se o conceito de que *guerra e neurose* são sinônimos, e, daí a dificuldade em serem readmitidos nos antigos empregos. Arranjar novos, era quase impossível" (LINS, 1975, p.196). Outros fatores também reforçaram esses ressentimentos, como a "carona" que muitos militares da ativa tomaram nos benefícios que inicialmente deveriam ser privativos dos soldados da FEB, mas que acabaram sendo generalizados para aqueles que sequer estiveram no campo de batalha. Este fato acabou se tornando uma constante no pós-guerra.

Em resposta a este esquecimento, tanto do Estado quanto da sociedade civil, os febianos fundaram em 1º de outubro de 1945 a primeira associação de ex-combatentes no Rio de Janeiro, a AECB, que depois se espalhou em seções por várias regiões do país. Desde a sua criação a AECB já apresentava duas concepções distintas de ação pública. Por um lado, a vertente "comunista", ou "de esquerda", que foi dominante até 1949, acreditava que a luta pelos direitos dos ex-combatentes era fundamentalmente política, o febiano tinha também que se pronunciar nos assuntos da vida nacional. Já a outra vertente, que abarcava a maior parte das associações, de tendência

conservadora, repudiava qualquer mobilização de cunho político e considerava que a associação não era o lugar apropriado para o debate dos assuntos nacionais, pelo contrário, cabia ao febiano colaborar com as autoridades no intuito de assegurar o cumprimento dos direitos já adquiridos e a "doação" de novos, uma prática já adotada no país antes mesmo do tempo de guerra, em que prevalece a identidade da política social como privilégio e não como direito a ser conquistado e assegurado (FERRAZ, 2002, p.277).

Aos poucos, a FEB foi se aproximando das Forças Armadas, especialmente do Exército, e seus eventos comemorativos passaram a incorporar os rituais e os sentidos militares. Esta lenta militarização dos eventos dos ex-combatentes contribuiu para a construção de uma identidade comum entre a FEB e as Forças Armadas, imagem que ainda veio a ser reforçada pelo golpe militar de 1964. Para Silveira (1989), esta aproximação só fez denegrir a imagem dos expedicionários, uma vez que a FEB de março de 1964, mais especificamente os oficiais expedicionários ressentidos, ao assumir finalmente o poder do país negara a própria FEB de Monte Castelo e de Montese:

> Mas, como já disse, a FEB chegava ao poder depois de dezenove anos de frustrações e ressentimentos. E como ressentidos e frustrados é que seus elementos, ou pelo menos a maioria deles, conduziram-se nos diversos comandos que assumiram – ou seja, com rancor e espírito de vingança. Essa necessidade de desforra – verdadeira obsessão – manifestou-se principalmente contra elementos civis. Professores, intelectuais, políticos, estudantes, trabalhadores, em todos os recantos do país, podem ser apontados como as principais vítimas dessa revanche (SILVEIRA, 1989, p. 205-206).

Desta forma, na década de 1960, consolidou-se a imagem da FEB como uma das matrizes morais do regime militar, imagem que, ainda hoje, perdura e é considerada pelos ex-combatentes como uma das responsáveis pelo desprezo conferido por historiadores, jornalistas, cineastas e intelectuais em geral à FEB e aos expedicionários. Mas o que se deve perceber, como ressalta Ferraz (2002), é que não foi a maioria dos ex-combatentes que participaram ativamente da consolidação do governo militar, mas os oficiais que tinham em comum o pertencimento à FEB e à ESG (Escola Superior de Guerra). No entanto,

devido ao conservadorismo político desta maioria, não é errado afirmar que houve um apoio discreto ao novo regime, em concordância com suas ações. Então, as declarações de apoio individuais e coletivas dos expedicionários à "revolução de 1964", o silêncio das associações de ex-combatentes diante das denúncias de torturas, perseguições e mortes que ambientavam os governos militares, além do processo de militarização dos eventos da FEB, contribuíram definitivamente por marcar a identidade entre a FEB e as Forças Armadas e, conseqüentemente, às suas práticas políticas.

A respeito dos aspectos sensíveis envolvidos na construção de um período da história brasileira que ficou marcado pelo autoritarismo militar, ambientado pela repressão, tortura e execução, acredito que ainda temos muito o que compreender e investigar, principalmente em relação aos sentimentos dos militares que participaram, direta ou indiretamente, dos rumos dados ao Brasil a partir de 1964. Muitos destes militares não têm receio de assumir que fariam tudo de novo se fosse preciso, pois, ainda hoje, estão convictos de que a "revolução" era a única medida, talvez demais prolongada, mas cabível para impedir o avanço da hegemonia de esquerda que ameaçava transformar o Brasil em uma "república socialista".

Segundo Fico (2004), o general Castelo Branco tentou dissociar seu governo das posturas reacionárias da chamada "linha dura" das Forças Armadas, respaldando a "revolução" de um sentido exclusivamente de retomada do desenvolvimento econômico seguro e continuado e de promoção de uma verdadeira justiça social no país. Porém, a forte ênfase governamental dada ao anticomunismo, combinado com a cassação de direitos políticos de mais de 2 mil brasileiros, entre eles o ex-presidente Juscelino Kubitscheck, evidenciava o quanto a influência da "linha dura" já nos primeiros anos do regime era grande. O historiador acredita que o general Castelo Branco foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, uma vez que proibiu manifestações estudantis, decretou o AI-2, aprovou a criação da Lei de Segurança Nacional que institucionalizou a noção de "guerrilha interna", além de fechar o Congresso Nacional e decretar uma Lei de Imprensa restritiva (FICO, 2004, p. 33). Ou seja, a breve participação do ex-combatente febiano no início do governo militar deixou o caminho livre para que aos poucos os militares radicais

conquistassem espaço e poder, marcando definitivamente a imagem da FEB como co-autora das atrocidades contra os brasileiros cometidas pelo regime dos militares.

Então, toda a lógica do terror que prevaleceu durante o governo militar foi significada gerando ressentimentos tanto nas vítimas do regime quanto também nos próprios militares que se vêem, atualmente, mal interpretados e injustiçados por serem apontados como os únicos que desejavam o golpe de 1964. Para eles a sociedade civil, Igreja, empresários e classe média, teriam sido cúmplices do golpe, como fica evidente no seguinte depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves:

> Outra coisa que eu sempre digo é o seguinte: a Revolução saiu sobre pressão da sociedade civil. Não podemos esquecer isso. Tenho o hábito de repetir e, se não ouviram de alguém, vão ouvir pela primeira vez: acho que as Forças Armadas até hoje são ressentidas com a sociedade brasileira. Porque a sociedade brasileira nos levou, foi uma das responsáveis pela Revolução de 64, e hoje em dia a mídia não se cansa de nos jogar na cara que nós somos torturadores, que somos matadores, que somos isso, somos aquilo. (...) *É uma safadeza histórica!* E se ensina isso nos colégios. Não sei quais são as concepções dos senhores. Se forem de esquerda, azar o seu (GONÇALVES apud D'ARAUJO; CASTRO, 1994, p. 127-128).

Já no tocante à imagem da FEB que, paulatinamente, durante a década de 1960, foi sendo submetida a um processo de aproximação com a imagem das Forças Armadas, devido aos diversos aspectos aqui apresentados, nota-se que os sentimentos que geraram os ressentimentos tanto dos militares de 1964 quanto dos ex-combatentes febianos têm uma origem comum: a sociedade civil. À medida que a sociedade civil se esquecia dos pracinhas, as Forças Armadas surgiam como o principal suporte institucional da FEB, consolidando aqui uma identidade. É esta identidade que iria conferir aos pracinhas um sentido de auto-reconhecimento, de pertencimento às Forças Armadas, sugerindo-lhes uma sensação de proteção diante da condição de isolamento, abandono e esquecimento a que foram submetidos pelo Estado e pela sociedade civil. Este pertencimento tem nos ressentimentos os elementos chaves para esta estruturação, tendo em vista que "os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no

interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações [...] podem ser gratificantes" (ANSART, 2001, p. 21-22).

Nota-se, então, que as marcas profundas deixadas pelo regime militar na sociedade brasileira insistem em não desaparecer, o que não seria por menos, pelo contrário vão ganhando outros contornos na tela do cinema ao serem canalizadas nas significações da FEB, como as imagens traçadas por Sylvio Back em seu *Rádio Auriverde*:

> Chega a Nápoles o primeiro contigente de 5 mil homens da Força Expedicionária Brasileira, de um total de 25 mil homens que integrarão o V Exército aliado como tropa auxiliar dos Estados Unidos. Desorganizados, sem liderança, mal vestidos e mal alimentados, doentes de corpo e cabeça, sem instrução e sem treinamento - é esse o Exército de Caxias, como se alto intitula a FEB, que o Brasil envia para o teatro de operações da Europa. Na fase de organização da força expedicionária, muitos filhos de gente rica e classe média influente conseguia furtar-se à convocação, até simulando tuberculose e sífilis. Deixando para trás a ditadura de Vargas, ironicamente, o pracinha faz profissão de fé anti-fascista pela voz de militares que sustentam o regime, vários deles, conhecidos pelas suas simpatias ao nazismo e pelo seu anti-semitismo. O Brasil – para receber as benesses dos Estados Unidos – promete o envio de 100 mil homens. Acaba com apenas 15 mil soldados na linha de frente - os últimos guerreiros a entrarem na Segunda Guerra Mundial quando ela já estava no fim.

Formações discursivas como estas são demonstrações de como reservas simbólicas da memória da FEB e dos ex-combatentes brasileiros são denegridas, em nome de uma desmistificação do mito de 1945, para atingir um alvo ainda maior: os responsáveis pelo golpe de 1964. Não se pode negar que mais uma vez a FEB foi um alvo fácil, quando do seu retorno ao Brasil representava uma ameaça ao jogo político da época, um dos fatores de uma mal sucedida reintegração social de seus expedicionários, e agora penalizada devido ao conformismo e ao silêncio dos ex-combatentes, na sua maioria, assumidos durante e após os anos 60 e 70. Desta forma, o juízo a respeito da FEB durante os últimos 40 anos foi configurado a partir do ato consciente daqueles febianos que, se não participaram ativamente do regime militar, pelo menos de forma silenciosa, e politicamente, apoiaram e esperaram do Estado brasileiro, naquele momento representado pelas Forças Armadas, uma gratificação (ou doação) pelos seus feitos heróicos na

distante Itália fascista. Esta é uma das contradições internas da FEB que precisa ser encarada pelos próprios ex-combatentes.

> Por outro lado, é fundamental notarmos que a aproximação da FEB com as Forças Armadas se deu motivada por sentimentos oriundos de longos desafetos em que foram submetidos os ex-combatentes pelo Estado e a sociedade civil brasileiros. Aos poucos as Forças Armadas foram se configurando como um reduto simbólico para os febianos, mas que não deixou de preservar as marcas de um tempo doloroso para o Brasil.

No entanto, sabe-se que nem todos os ex-combatentes brasileiros foram condizentes com o regime militar, pelo contrário, muitos militares e febianos também foram vitimas do terror que assolava a sociedade brasileira na época. O regime nem mesmo poupava os seus pares, mas que neste caso eram visto como desertores e deviam ser expulsos da caserna. Sob a alegação de subversivos, os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, como o Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, eram perseguidos e muitos caíam na clandestinidade. Fortunato, capitão na época, foi o criador do símbolo do avestruz guerreiro que acompanhou o 1º Grupo de Caça da FAB em todas as suas operações no *front* europeu. Porém, de volta ao Brasil, já sentiria um tratamento diferente por não compartilhar do pensamento dominante entre os militares naquele momento. Devido sua atuação política de esquerda nas questões sociais do país, sofreu perseguições e fora preso em 1952, correndo o risco de ser expulso da FAB. O risco durou 12 anos, com a decretação do Ato Institucional nº 1 do regime militar Fortunato foi demitido da FAB, perdendo os seus direitos politicos e pouco depois, por meio de uma portaria, sendo proibido de voar ou de ser empregado como aviador ou de exercer qualquer função relacionada à aviação. O ex-combatente brasileiro que tantas missões executou nos céus da Itália via-se, agora, sem asas, desprotegido[3].

Outro episódio que merece ser mencionado aqui é o que envolveu o ex-sargento da FEB José de Sá Roriz. Em novembro de 1968 a luta armada já era uma realidade no Brasil e entre as organizações de esquerda destacava-se a Colina (Comando de Libertação Nacional) que contava com a participação de subalternos excluídos das Forças Armadas. Foi em uma das operações deste grupo militante que o ex-

sargento da Aeronáutica João Lucas Alves juntamente com o febiano José de Sá Roriz foram presos por agentes policiais do regime. O primeiro foi torturado até a morte por seus carrascos e o febiano conseguiu ser libertado, mas não teria a mesma chance em 1973 ao voltar ao cárcere do DOI/CODI. Daquele momento em diante, o seu nome passaria a integrar a lista dos "desaparecidos" do regime militar (GORENDER, 2003, p. 141-142).

Portanto, como se pode perceber, ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca da compreensão de *como* se configuram construções sígnicas que, ao procurarem retratar a participação do Brasil na guerra, com os traumas e frustrações que lhe são inerentes, não apenas registram nas películas as marcas de seu tempo, o diálogo do tempo presente da produção do filme com o passado recordado – referência à recente produção cinematográfica brasileira dos anos 1990 e início do século XXI – mas principalmente projeta na grande tela ressentimentos, amarguras e ódios recalcados de outros tempos, fantasmas de outrora que o cinema insiste em atualizar, em despertar. Então, trata-se de pensar como estes ressentimentos, que podem ter sido criados por sentimentos como a inveja, o ciúme, o rancor, a maldade, o desejo de vingança, mas também pela experiência da humilhação e do medo durante toda a segunda metade do século XX no Brasil, ainda como reflexos das marcas profundas deixadas na sociedade contemporânea do pós-guerra, são agora significados. *Como esses ressentimentos e afetos são instrumentalizados no cinema?* Mais perguntas do que respostas foram o que procurei oferecer neste artigo, mas um caminho é certo, o cinema deve ser visto, aqui, como o lugar da memória e do pertencimento, em que em uma produção de filmes sobre a FEB, identidades fragmentadas acabam se justapondo, para compor uma identidade única do nacional.

## Notas

1 Já é conhecida a política de barganha empenhada por Getúlio Vargas em relação aos blocos imperialistas dos anos de 1930 e 1940, os EUA e a Alemanha. O Estado Novo articulava-se, então, concomitantemente, a participação do capital alemão e norte-americano no processo de desenvolvimento do país. Para mais detalhes consultar CORSI, 2000 e MOURA, 1991.

2 Segundo Prokop (apud MARCONDES FILHO, 1986, p. 183), os valores modais de fantasia latentes na sociedade são apropriados pelos produtos de monopólio da comunicação e transformados em fantasias-clichê, suas significações são funcionalizadas e determinadas categoricamente, ou seja, trata-se de uma construção sígnica, conteúdos de uma significação que ligam um setor representativo da população a eles. "Fantasia-clichê – como desejos e medos – dominam nos produtos de monopólio: fantasias edipianas, fantasias de poder, de destruição, de punição e perseguição, fantasias canibais, de devoração, fantasias sexuais, anais, genitais; tudo isso, porém, em construção sígnica".

3 Depoimento do Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira em 1997. Ver SANTOS, 1998. p. 137-144.

## Referências bibliográficas


ANSART, Pierre. Hisróría e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 21-22.

ARRUDA, Demócrito Cavalcanri. Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB. Rio de Janeiro: Cobraci, [19?].

BRAYNER, Mal. Floriano de Lima. A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na campanha da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BONALUME NETO, Ricardo. A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BURKE, Edmund. Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1993.

CINE Jornal Brasileiro, v. 2, n. 146, 1942.

CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: politica externa e projeto nacional. São Paulo: Unesp, 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, v. 24, n. 47, jan-jun, 2004. p. 29-60.

D'ARAUJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 2003.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1986.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A Força Expedicionária Brasileira:** uma tentativa de interpretação. São Paulo: Unidas, 1975.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. A tarefa rotineira de matar. **Nossa História.** v. 2, n. 15, jan. 2005, p. 26-30.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões:** relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Prokop.** Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1986.

SANTOS, Andréa Paula dos. **À esquerda das Forças Armadas Brasileiras:** história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVEIRA, Joel. **Segunda Guerra Mundial:** todos erraram, inclusive a FEB. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Ação e imaginário de uma ditadura:** controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação no Estado Novo. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **"Janela da Alma":** cinejornal e Estado Novo, fragmentos de um discurso totalitário. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – FHDSS, Unesp, Franca, São Paulo, 2004.

WAACK, William. **As duas faces da glória:** a FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CONHEÇA O QUE HÁ DE MELHOR NA PESQUISA DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO.

Adquira pelo tel. 11 3789.4000, acessando o Portal www.paulus.com.br ou na PAULUS.

PAULUS